

# Petistas históricos reagem a plano de grupo de Lula no RS

Nomes como Olívio Dutra são contra chapa liderada por Juliana Brizola



A pressão do PT nacional para que o diretório do partido no Rio Grande do Sul abra mão de ter candidato próprio ao governo estadual para apoiar a ex-deputada Juliana Brizola (PDT) enfrenta resistência das lideranças mais antigas do partido no Estado. A expectativa é que já haja uma definição nesta sexta-feira, quando a executiva estadual petista se reunirá e, após o encontro, deverá apresentar a sua posição na disputa ao Palácio Piratini.

O grupo técnico do diretório nacional que define as estratégias eleitorais do PT publicou uma carta nesta terça-feira cobrando que o partido integre a chapa encabeçada pela neta de Leonel Brizola.

O texto diz que o PT gaúcho deve considerar a estratégia nacional de reeleição do presidente Lula com uma base ampla de centro-esquerda, e construir “uma tática eleitoral conjunta com o PDT e demais partidos do campo democrático, sob a liderança da companheira Juliana Brizola, como expressão política dessa estratégia no Estado”.

Os petistas do Estado querem lançar a governador o ex-presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) Edegar Pretto, que já concorreu em 2022. Em resposta, Edegar Pretto divulgou uma carta própria afirmando que recebeu o documento do presidente do PT, Edinho Silva, e solicitou uma reunião do diretório estadual do partido para discutir o tema. “A instância partidária que definiu a tática eleitoral no Rio Grande do Sul é soberana para decidir o meu papel nas eleições deste ano”, disse o pré-candidato.

Em ato organizado pela campanha de Edegar Pretto na noite de segunda-feira, os ex-governadores Tarso Genro e Olívio Dutra, além do ex-prefeito da Capital Raul Pont, defenderam, em discursos inflamados, a candidatura própria no RS.

Ex-presidente nacional do PT, Tarso, que foi ministro da Educação e da Justiça nos primeiros mandatos de Lula, disse que uma intervenção é um desrespeito à militância e ao histórico do PT gaúcho, que comandou o estado duas vezes e governou Porto Alegre de 1989 a 2004.

“Eu não acredito que eles te-



Edegar Pretto é defendido por lideranças tradicionais do PT

nham coragem de fazer uma intervenção para dizer para a militância aqui no estado que a nossa candidata é de outro partido”, disse.

Já Olívio Dutra liderou gritos de “Lula, Edegar” e pediu a união de “nossos partidos da esquerda, no campo democrático popular, contra o estado privatizado”. A aliança, até o momento, também conta com apoio do PCdoB, PSB, Rede Sustentabilidade e PV.

Edegar Pretto se viabilizou como candidato ao governo logo após surpreender nas eleições de 2022, quando chegou ao terceiro lugar com 26,77% e não tirou o candidato à reeleição, Eduardo Leite, do segundo turno por apenas 2.441 votos.

Ligado à agricultura familiar e um dos poucos nomes do PT com bons resultados no campo, ele foi escolhido pelo presidente Lula para comandar a Conab em seu terceiro mandato.

A principal ausência do ato foi o deputado federal Paulo Pimenta, um dos aliados mais próximos do presidente no Estado e pré-candidato ao Senado. Procurada, a assessoria do deputado disse que ele não foi ao evento devido a agendas ligadas à entrega do relatório da maioria da CPMI do INSS.

Porém, políticos ligados ao grupo de Pimenta, como a deputada estadual Laura Sito e a vereadora de Porto Alegre Natasha Ferreira, também não estiveram presentes e não se manifestaram sobre o evento nas redes sociais.

Lula recebeu Juliana e o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, no Palácio do Planalto, em fevereiro, para debater a possibilidade



Pedetista Juliana Brizola tem a preferência da ala alinhada a Lula

de apoio.

Além da resistência de parte da militância petista, o PSOL já sinalizou que não deve participar da aliança caso a pedetista seja a cabeça de chapa, o que pode alterar a disputa ao Senado. A ex-deputada Manuela d'Ávila, que se filiou ao partido depois de 20 anos no PCdoB, é a outra pré-candidata ao Senado pelo grupo e discursou no ato em defesa de Pretto.

Segundo a deputada federal Fernanda Melchionna, pesa o fato de que o PDT integrou a base do governador Eduardo Leite (PSD) em seus dois mandatos.

O apoio ao atual governo também foi alvo de críticas de Raul Pont, petista que governou Porto Alegre de 1997 a 2001. “Como é que vamos fazer campanha para uma pessoa que há 12 anos apoia o neoliberalismo?”, questionou, citando o apoio do PDT a José Ivo Sartori (MDB), antecessor de Leite.

Na segunda-feira, Juliana divulgou nota conjunta com o diretório nacional e estadual do PDT reiterando apoio à reeleição de Lula e citou seu histórico contra as privatizações das empresas estaduais CEEE e Corsan.

Ela disputou a prefeitura em 2024 e recebeu apoio de Eduardo Leite, então no PSDB, como uma alternativa ao PT, que lançou a deputada federal Maria do Rosário, e ao bolsonarismo, que apoiou o então candidato à reeleição, Sebastião Melo (MDB).

O partido também confirmou na segunda-feira que o PDT deixou a base de Leite, que faz campanha para seu vice, Gabriel Souza (MDB), como sucessor.

## CPI dos Pedágios é prorrogada por 60 dias na Assembleia Legislativa

/ CONCESSÃO RODOVIÁRIA

Bolívar Cavalari  
bolivarc@jcrs.com.br

Os deputados estaduais gaúchos aprovaram nesta terça-feira a prorrogação por 60 dias dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios, que investiga supostas irregularidades nas propostas de concessões rodoviárias promovidas pelo Piratini nos Blocos 1, 2 e 3 de estradas estaduais e estava prevista para encerrar no dia 15 de abril - agora, deve se estender até meados de junho. O placar foi de 39 votos favoráveis e 1 contrário - o líder do governo Eduardo Leite (PSD) na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Frederico Antunes (PSD), votou contra a matéria.

A aprovação do requerimento que tratava do aumento do prazo para realização da CPI ocorreu em sessão estendida após a ordinária exceder as 4 horas regulares. Durante a tarde houve a tentativa, por parte da base aliada de Eduardo Leite (PSD), de derrubar quórum para que a prorrogação da comissão não fosse para apreciação, mas os parlamentares não obtiveram sucesso neste movimento.

Aliás, deputados de oposição ao governo, tanto de esquerda quanto de direita, tentaram adiantar a apreciação do requerimento de prorrogação da CPI ainda pela manhã na reunião de líderes, mas bancadas aliadas a Leite impedi-

ram o acordo. Outra tentativa de mediação ocorreu logo na abertura dos trabalhos da sessão ordinária desta terça, mas, novamente, a base aliada do governador impediu o adiantamento da pauta - não foi alcançada a aprovação de, no mínimo, dois terços das bancadas da casa. A derrota da oposição na realização de um acordo para adiantar a apreciação do requerimento resultou em uma sessão estendida.

Ainda no âmbito da CPI, tanto o presidente do colegiado, deputado Papparico Bacchi (PL), quanto o relator, deputado Miguel Rossetto (PT), articulam a presença de Leite para depor na comissão.

Em fevereiro deste ano o governador se dispôs a comparecer a uma reunião da CPI, mas até o momento não acertou uma data, alegando conflitos entre suas agendas e os horários da comissão.

Bacchi encaminhou ao Piratini, na segunda-feira, um convite para que Leite deponha na CPI em uma data de sua escolha, podendo ser nesta quinta-feira ou sexta-feira ou ainda na segunda-feira da próxima semana - tradicionalmente, as reuniões ocorrem nas segundas e quartas-feiras.

Interlocutores do governo Leite afirmam que o governador segue disposto a depor, mas ainda analisa se não há conflito de agenda. Agora, com a prorrogação da CPI aprovada na Assembleia, os trabalhos seguem e há um prazo maior para o depoimento do governador.

## CPI do Crime Organizado não terá prazo ampliado, confirma relator

/ CONGRESSO NACIONAL

Criada para apurar a atuação, expansão e o funcionamento de facções criminosas no Brasil, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, do Senado, não será prorrogada.

Segundo o relator da comissão, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), o presidente da casa, Davi Alcolumbre (União-AP), comunicou sua decisão de não estender a atuação do colegiado na tarde desta terça-feira. Vieira pediu a prorrogação dos trabalhos da CPI por 60 dias.

De acordo com Vieira, Alcolumbre justificou sua resolução de manter a data inicial de encerramento da comissão, no próximo dia 14, ao alegar que seria inadequado prorrogá-la às vésperas do início do

calendário eleitoral deste ano.

Vieira destacou que, com o fim dos trabalhos na próxima semana, a CPI não continuará a apuração dos “fatos de alta gravidade” que vinha investigando, como a “infiltração criminosa” em instâncias públicas de poder do estado do Rio de Janeiro e o caso do Banco Master.

“Este é, seguramente, o caso mais didático de infiltração pela corrupção nos Poderes da República”, acrescentou o relator, ao se referir ao caso Master e aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federais.

Segundo ele, o Banco Master não era um banco, e sim “um grupo que misturava lavagem de dinheiro, estelionato, corrupção, golpes financeiros, fraudes diversas, comandadas pelo presidente do banco”.